

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

2020

NOTAS
EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Procurador-Geral da República

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Secretária-Geral do MPU

ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO

Secretária de Planejamento, Orçamento e Contabilidade

IONARA OLIVEIRA CARDOSO OLIVEIRA CRUZ

Subsecretário de Contabilidade

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO

EQUIPE TÉCNICA

Iuri Euclides da Silva – Chefe da Divisão de Análise Contábil

Sebastião Pereira dos Santos – Chefe da Divisão de Normas e Procedimentos Contábeis

Adrieno Reginaldo Silva

Paulo Patrocínio de Souza



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
2020**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

**BRASÍLIA – DF
MPU
2021**

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Curto Prazo
DCONs	Demonstrações Contábeis do Ministério Público da União
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NExp	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PGR	Procuradoria-Geral da República
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUBCON	Subsecretaria de Contabilidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária.....	12
Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo – Composição	21
Tabela 3 - Imobilizado – Composição	22
Tabela 4 - Intangível – Composição	22
Tabela 5 - Pessoal a Pagar – Composição.....	23
Tabela 6 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratante	24
Tabela 7 - Garantias e Contragarantias Recebidas.....	24
Tabela 8 - Obrigações Contratuais – Composição	25
Tabela 9 - Cálculo do Superávit Financeiro.....	26
Tabela 10 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição	31
Tabela 11 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais – Composição	32
Tabela 12 - Benefícios a Pessoal – Composição.....	32
Tabela 13 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição.....	33
Tabela 14 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição.....	33
Tabela 15 - Transferências Intragovernamentais – Composição	34
Tabela 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas	36
Tabela 17 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2020	44
Tabela 18 - Estoque de Restos a Pagar – Composição – Por Ano.....	45
Tabela 19 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida – Por Grupos de Fontes de Recursos.....	47
Tabela 20 - Execução da Despesa Orçamentária – Por Grupos de Fontes de Recursos	47
Tabela 21 - Resultado Financeiro em 31/12/2020	48
Tabela 22 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	20
Gráfico 2 - Créditos a Longo Prazo	21
Gráfico 3 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante	23
Gráfico 4 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	29
Gráfico 5 - Reavaliação de Ativos	30
Gráfico 6 - Ganhos com Incorporação de Ativos.....	30
Gráfico 7 - Desincorporação de Ativos.....	35
Gráfico 8 - Diversas VPD	35
Gráfico 9 - Execução Orçamentária da Receita	41
Gráfico 10 - Execução Orçamentária da Despesa.....	42
Gráfico 11 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados	44
Gráfico 12 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados	49
Gráfico 13 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	13
2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	13
2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	13
2.3 – Conformidade Contábil das DCONs	16
3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.16	
3.1 – Balanço Patrimonial.....	17
3.1.1. <i>Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....</i>	<i>20</i>
3.1.2. <i>Nota 02 – Créditos a Curto Prazo</i>	<i>21</i>
3.1.3. <i>Nota 03 – Créditos a Longo Prazo</i>	<i>21</i>
3.1.4. <i>Nota 04 – Imobilizado.....</i>	<i>21</i>
3.1.5. <i>Nota 05 – Intangível.....</i>	<i>22</i>
3.1.6. <i>Nota 06 – Pessoal a Pagar</i>	<i>23</i>
3.1.7. <i>Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar.....</i>	<i>23</i>
3.1.8. <i>Nota 08 – Atos Potenciais Ativos.....</i>	<i>24</i>
3.1.9. <i>Nota 09 – Atos Potenciais Passivos.....</i>	<i>25</i>
3.1.10. <i>Nota 10 – Superávit/Déficit Financeiro.....</i>	<i>26</i>
3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	27
3.2.1. <i>Nota 11 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	<i>29</i>
3.2.2. <i>Nota 12 – Reavaliação de Ativos</i>	<i>29</i>
3.2.3. <i>Nota 13 – Ganhos com Incorporação de Ativos</i>	<i>30</i>
3.2.4. <i>Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.....</i>	<i>31</i>
3.2.5. <i>Nota 15 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais</i>	<i>31</i>
3.2.6. <i>Nota 16 – Benefícios a Pessoal.....</i>	<i>32</i>
3.2.7. <i>Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	<i>32</i>
3.2.8. <i>Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	<i>33</i>
3.2.9. <i>Nota 19 – Transferências Intragovernamentais</i>	<i>34</i>
3.2.10. <i>Nota 20 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas..</i>	<i>34</i>
3.2.11. <i>Nota 21 – Desincorporação de Ativos</i>	<i>34</i>

3.2.12. Nota 22 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	35
3.2.13. Nota 23 – Resultado Patrimonial.....	36
3.3 – Balanço Orçamentário	37
3.3.1. Nota 24 – Execução Orçamentária da Receita.....	41
3.3.2. Nota 25 – Execução Orçamentária da Despesa	41
3.3.3. Nota 26 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	42
3.4 – Balanço Financeiro	45
3.4.1. Nota 27 – Receita Orçamentária	47
3.4.2. Nota 28 – Despesa Orçamentária.....	47
3.4.3. Nota 29 – Resultado Financeiro	48
3.4.4. Nota 30 – Pagamento de Restos a Pagar	49
3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	50
3.5.1. Nota 31 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	52

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs) contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Por sua vez, as notas explicativas, parte integrante das DCONs, são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas constantes das demonstrações contábeis, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

A análise das DCONs e a elaboração das notas explicativas são realizadas pela Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG/PGR, em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 10.180/2001, no art. 8º da Lei nº 12.527/2011, na Portaria PGR/MPU nº 154/2020, em orientações do Tribunal de Contas da União e do Órgão Central de Contabilidade da União, bem como nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

No decorrer do exercício financeiro, a SUBCON acompanhou e orientou as operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal efetuadas no Siafi, pelo MPF, MPT, MPM, MPDFT e ESMPU, de modo a garantir a consistência das informações sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de confiabilidade e fidedignidade dos registros nas demonstrações financeiras das unidades gestoras do MPU.

Em decorrência dessas ações de acompanhamento e orientação, expediram-se pareceres, orientações e diligências contábeis. Além disso, efetuaram-se, aproximadamente, 2.000 atendimentos para prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações, no âmbito do Ministério Público da União, quanto aos registros dos atos e fatos da gestão administrativa.

Após o encerramento do exercício de 2020, foi encaminhada ao Órgão Central de Contabilidade da União a declaração plena do órgão Ministério Público da União, visto que as demonstrações contábeis, constantes do Siafi, refletiam nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPU.

Sobre as notas explicativas, cabe destacar as seguintes informações.

Em 2020, as despesas orçamentárias, tanto as empenhadas quanto as pagas, tiveram expansão nominal em relação ao exercício anterior, no percentual de 6%, totalizando R\$ 7,44 bilhões e R\$ 7,33 bilhões, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado em 2020 foi superavitário em 294,3 milhões, apresentando uma elevação na ordem de 127% em relação ao ano anterior, o que, em termos monetários, representa uma variação positiva de R\$ 164,7 milhões.

O passivo exigível do MPU (passivo circulante mais passivo não circulante) alcançou, em 2020, cerca de R\$ 42,7 milhões, sendo 92,1% de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. Esse passivo exigível representa apenas 1,2% do total do ativo. Em 2019, o passivo exigível foi cerca de R\$ 107,5 milhões, equivalendo a 3,1% do total do ativo.

O resultado financeiro de 2020 foi deficitário em R\$ 90,9 milhões. Em comparação com o exercício anterior, cujo resultado foi positivo em 36,7 milhões, houve variação negativa de 347%. Contudo, vale esclarecer que esse resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 363,6 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 454,6 milhões).

Para o exercício de 2021, foi inscrito o estoque de R\$ 118 milhões de Restos a Pagar (RP), o que representa um acréscimo de R\$ 7 milhões (6,3%), em relação ao estoque inscrito para o exercício de 2020 (R\$ 111 milhões).

Considerando a dotação atualizada do MPU de R\$ 7,45 bilhões, no ano de 2020, verifica-se que 1,5% desse montante foi inscrito em restos a pagar para 2021 (R\$ 109 milhões).

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público da União (MPU) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis. Possui autonomia funcional, administrativa e financeira.

A organização e as atribuições do MPU estão estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

O MPU é composto por quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Esses ramos têm a seguinte atuação, de forma sintética:

- MPF – atua como fiscal da lei e também nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na Justiça Federal, atua em causas em que a Constituição Federal de 1988 estabelece de interesse federal. Extrajudicialmente, o MPF exerce suas atribuições por meio de recomendações, audiências públicas, promoção de acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e controle externo da atividade policial.
- MPT – atua na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, atuando também na proteção aos direitos fundamentais e sociais do cidadão diante de ilegalidades praticadas na seara trabalhista.
- MPM – atua na apuração dos crimes militares e também no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil para a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.
- MPDFT – atua como fiscal da lei e também na defesa dos interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios e no controle externo da atividade policial.

Além dos ramos, tem-se a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), criada pela Lei nº 9.628/1998, com natureza jurídica de órgão autônomo. É uma instituição de caráter educacional, diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República, tendo as suas despesas custeadas por meio de dotação orçamentária própria, no âmbito do Ministério Público da União.

As dotações do MPU, na lei orçamentária da União, são consignadas ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União, que agrupa 5 (cinco) Unidades Orçamentárias (UO) responsáveis pela realização das ações. Esses recursos públicos são geridos nas 64 unidades gestoras do MPU, conforme especificado abaixo.

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária

<i>Código</i>	<i>UO</i>	<i>Unidade Gestora</i>	<i>Quant.</i>
34.101	MPF	Procuradoria-Geral da República – Secretaria Geral	1
		Secretaria de Administração do MPF	1
		Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF	1
		Procuradorias Regionais da República da 1ª a 5ª Regiões	5
		Procuradorias da República nas unidades federativas	27
<i>Subtotal</i>			35
34.104	MPT	Procuradoria Geral do Trabalho – Diretoria de Administração	1
		Departamento de Orçamento e Finanças	1
		Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª a 24ª Regiões	24
<i>Subtotal</i>			26
34.103	MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1
34.102	MPM	Ministério Público Militar	1
34.105	ESMPU	Escola Superior do MPU	1
TOTAL			64

Os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras do MPU foram registrados no Siafi, em observância ao disposto, especialmente, nos artigos 5º e 143 da Lei nº 13.898/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2020).

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis de 2020 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e do Decreto nº 93.872/1986. Observaram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da 8ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 6/2018 e Portaria STN nº 877/2018), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCONs do Ministério Público da União foram extraídas do Siafi e são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Constam, ainda, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecidas pelas Normas Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O objetivo principal das DCONs é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Ministério Público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no ano de 2020.

2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

A – Moeda funcional

A moeda funcional no âmbito da União é o Real. As eventuais transações realizadas pelas unidades gestoras do MPU que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

B – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do [MCASP](#).

Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

C – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (softwares, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

D – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização no MPU, durante o exercício de 2020, têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual Siafi Web, [Macrofunção 02.03.30](#) (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado Sistema observando o valor depreciável de acessão, com uso do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 7ª da [Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014](#). Este método é expresso pela equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: **Kd** = coeficiente de depreciação;
n = vida útil da acessão;
x = vida útil transcorrida da acessão.

E – Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

F – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

- ***Patrimonial***: implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- ***Orçamentário***: representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- ***Financeiro***: a apuração do resultado financeiro é realizada pelo Balanço Financeiro e representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades do MPU. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3 – Conformidade Contábil das DCONs

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do MPU é realizada mensalmente pela Subsecretaria de Contabilidade, observando os procedimentos descritos nas Macrofunções [02.03.15 \(Conformidade Contábil\)](#), [02.03.18 \(Norma de Encerramento do Exercício\)](#) e [02.10.03 \(Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis\)](#), do Manual Siafi Web.

Essa atividade visa a assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do Siafi, sinalizando eventuais situações que causem inconsistências ou desequilíbrios nas informações contábeis.

No exercício de 2020, a Subsecretaria de Contabilidade – atuando no Siafi como setorial contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior – registrou 792 conformidades contábeis: 768 de unidades gestoras, 12 de órgão e 12 de órgão superior.

Além dos processos realizados mensalmente, no final do exercício a SUBCON encaminhou para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a Declaração do Contador. Nessa declaração, o Contador Responsável declarou que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público da União.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Ministério Público da União englobam as informações contábeis de todas as unidades gestoras que compõem os ramos do MPU e da ESMPU, registradas no Siafi.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis do MPU, relativas ao ano de 2020, e detalhados os seus principais itens.

3.1 – Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil evidencia a situação patrimonial do Ministério Público da União e demonstra a posição estática dos ativos e dos passivos do MPU no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP.

O Balanço Patrimonial também demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Por sua vez, cabe mencionar que a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – Financeiro e Permanente –, de acordo com a dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Assim, o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício 2020

Em R\$

	NExp	2020	2019		NExp	2020	2019
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	363.631.992,47	454.570.123,89	Obrigações Trab., Prev. Assist. a Pagar a CP	06	39.284.951,71	102.337.291,73
Créditos a Curto Prazo	02	10.318.604,71	11.258.935,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	1.741.013,67	3.563.433,70
Estoques		15.256.168,81	13.860.523,68	Demais Obrigações a Curto Prazo		1.340.735,53	1.328.319,81
VPDs Pagas Antecipadamente		1.535.808,71	474.249,73				
Total do Ativo Circulante		390.742.574,70	480.163.832,75	Total do Passivo Circulante		42.366.700,91	107.229.045,24
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.724.412,59	3.446.718,36	Demais Obrigações a Longo Prazo		308.526,75	254.545,62
Créditos a Longo Prazo	03	2.724.412,59	3.446.718,36				
Imobilizado	04	3.199.066.496,02	2.866.451.750,08				
Intangível	05	73.550.500,89	70.221.317,30				
Total do Ativo Não Circulante		3.275.341.409,50	2.940.119.785,74	Total do Passivo Não Circulante		308.526,75	254.545,62
Patrimônio Líquido				Patrimônio Líquido			
				Demais Reservas			
				Resultados Acumulados		3.623.408.756,54	3.312.800.027,63
				Total do Patrimônio Líquido		3.623.408.756,54	3.312.800.027,63
TOTAL DO ATIVO		3.666.083.984,20	3.420.283.618,49	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.666.083.984,20	3.420.283.618,49

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2020

	NExp	2020	2019
Em R\$			
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		363.631.992,47	454.570.123,89
Ativo Permanente		3.302.451.991,73	2.965.713.494,60
Total do Ativo		3.666.083.984,20	3.420.283.618,49
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		118.984.587,55	111.624.932,61
Passivo Permanente		39.900.721,32	102.401.785,59
Total do Passivo		158.885.308,87	214.026.718,20
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		3.507.198.675,33	3.206.256.900,29

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2020

	NExp	2020	2019
Em R\$			
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	08	32.726.492,68	26.751.930,83
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	08	32.813.139,92	28.818.341,40
Direitos Contratuais a Executar			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Ativos		65.539.632,60	55.570.272,23
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		30.573,82	34.793,82
Obrigações Contratuais a Executar	09	968.211.181,43	1.136.318.916,12
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Passivos		968.241.755,25	1.136.353.709,94

**Quadro do Superávit / Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)**

Exercício 2020

		Em R\$	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NExp	2020	2019
Recursos Ordinários (I)		250.068.245,53	336.992.686,88
Recurso Vinculados (II)		-5.420.840,61	5.952.504,40
Seguridade Social (Exceto Previdência)		461.763,73	
Seguridade Social (RPPS)		123.178,47	96.425,54
Receitas Financeiras			2.374.726,52
Alienação de Bens e Direitos		221.729,00	221.729,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-6.227.511,81	3.259.623,34
Superávit Financeiro (III) = (I + II)	10	244.647.404,92	342.945.191,28

3.1.1. Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

É composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição nos anos de 2019 e 2020:

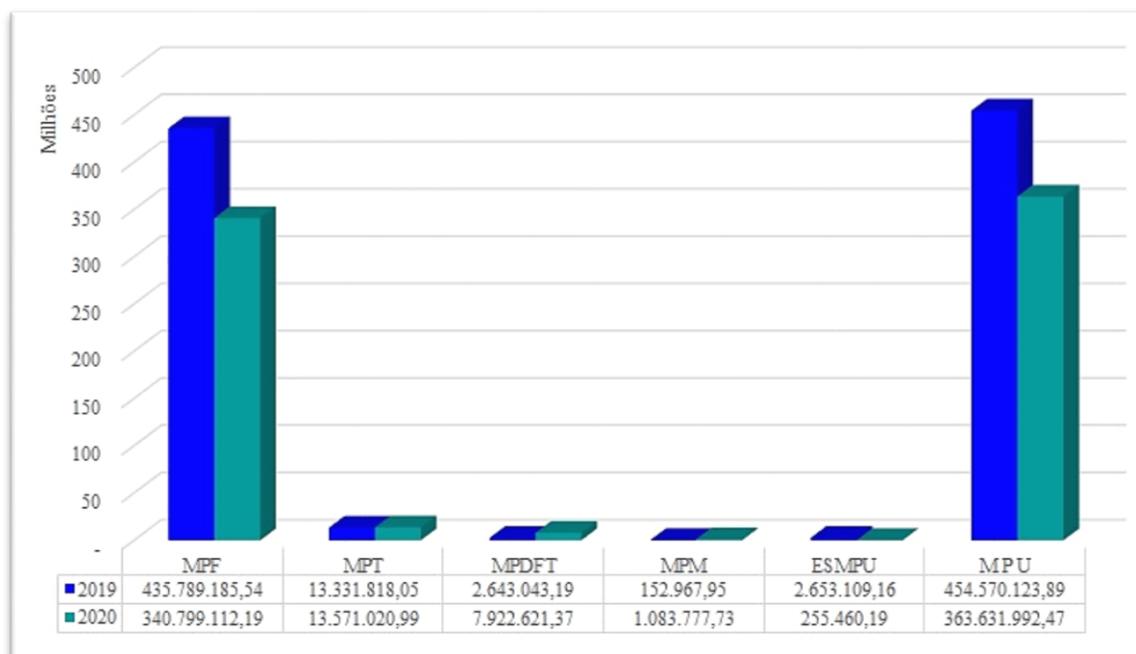


Gráfico 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

3.1.2. Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

Quase a totalidade dos Créditos a Curto Prazo se refere a Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada (TED) e a Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo – Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	4.569.051,92					4.569.051,92	
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	2.671.052,77	982.261,22	738.775,48	126.616,67	39.753,74	4.558.459,88	
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor			647.255,85			647.255,85	
13º Salário - Adiantamento	278.829,04					278.829,04	
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	106.665,40	20.885,62	25.543,65			153.094,67	
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		53.259,13				53.259,13	
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Município	27.996,64		5.874,63			33.871,27	
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	18.267,58					18.267,58	
Adiantamento Concedido		6.515,37				6.515,37	
Créditos a Curto Prazo	7.671.863,35	1.062.921,34	1.417.449,61	126.616,67	39.753,74	10.318.604,71	

3.1.3. Nota 03 – Créditos a Longo Prazo

Este item é constituído de créditos por danos ao patrimônio, cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável. O Ministério Público Federal possui saldo de R\$ 1.915.266,59, enquanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios de R\$ 809.146,00.

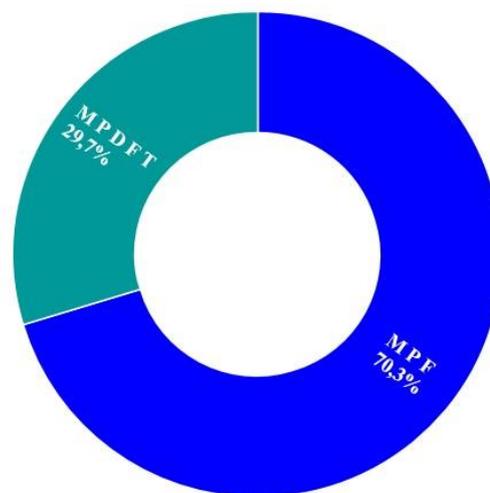


Gráfico 2 - Créditos a Longo Prazo

3.1.4. Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no Siafi, em 31/12/2020.

Tabela 3 - Imobilizado – Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
Bens Móveis							
Valor contábil bruto	570.097.888,19	274.077.834,86	75.828.082,43	33.837.593,43	12.970.078,90		966.811.477,81
(-) Depreciação acumulada	-339.648.038,52	-145.811.326,77	-39.262.706,54	-19.209.958,72	-5.204.682,06		-549.136.712,61
(=) Valor contábil líquido	230.449.849,67	128.266.508,09	36.565.375,89	14.627.634,71	7.765.396,84		417.674.765,20
Bens Imóveis							
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet							
Valor contábil bruto	1.205.919.972,58	624.127.727,76	141.942.230,29	196.088.784,84	13.118.832,35		2.181.197.547,82
(-) Depreciação acumulada	-92.987.862,10	-30.756.442,62	-1.187.233,24	-2.319.650,55	-345.628,69		-127.596.817,20
(=) Valor contábil líquido	1.112.932.110,48	593.371.285,14	140.754.997,05	193.769.134,29	12.773.203,66		2.053.600.730,62
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet							
Valor contábil bruto	49.937.419,44	119.397.411,81	1.849.077,84	669.373,22	873.982,88		172.727.265,19
Bens Imóveis em Andamento							
Valor contábil bruto	284.519.316,02	128.190.700,69	32.701.283,47	51.398.803,02	27.497.316,60		524.307.419,80
Instalações							
Valor contábil bruto	3.818.489,45	1.161.775,98	22.210.456,70	3.045.095,03			30.235.817,16
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros							
Valor contábil bruto	1.346.048,60		236.312,00				1.582.360,60
(-) Amortização acumulada	-825.550,55		-236.312,00				-1.061.862,55
(=) Valor contábil líquido	520.498,05		0,00				520.498,05
Imobilizado	1.682.177.683,11	970.387.681,71	234.081.190,95	263.510.040,27	48.909.899,98		3.199.066.496,02

3.1.5. Nota 05 – Intangível

O Ativo Intangível do MPU, em 31/12/2020, totalizava R\$ 73,6 milhões e está composto de *softwares* com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Intangível – Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
Softwares de vida útil definida							
Valor contábil bruto	2.912.254,56	15.000,00	814.490,00		145.340,08		3.887.084,64
(-) Amortização acumulada	-2.606.768,42	-15.000,00			-102.130,22		-2.723.898,64
(=) Valor contábil líquido	305.486,14	0,00			43.209,86		1.163.186,00
Softwares de vida útil indefinida							
Valor contábil bruto	42.218.161,95	21.008.885,49	4.192.812,27	4.105.232,79	862.222,39		72.387.314,89
Intangível	42.523.648,09	21.008.885,49	4.192.812,27	4.105.232,79	905.432,25		73.550.500,89

3.1.6 Nota 06 – Pessoal a Pagar

Em 31/12/2020, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 39,3 milhões com pessoal a pagar, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Pessoal a Pagar – Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	M P U	AV	Em R\$
Salários, Remunerações e Benefício	19.298,03	8.431,49	8.677.278,19			8.705.007,71	22,2%	
Férias a Pagar	5.039.670,01	7.757.505,60	17.558.295,03	208.288,39	16.164,71	30.579.923,74	77,8%	
Pessoal a Pagar	5.058.968,04	7.765.937,09	26.235.573,22	208.288,39	16.164,71	39.284.931,45	100,0%	

Os saldos registrados nessas contas foram conciliados pelas unidades gestoras responsáveis pela elaboração da folha de pessoal no âmbito do MPU, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do MPU, bem como as orientações da Macrofunção [02.11.42 \(Folha de Pagamento\)](#) do Manual Siafi.

3.1.7. Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2020, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 1,7 milhão em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

No gráfico a seguir, visualiza-se que essas obrigações nos exercícios de 2019 e 2020 estão registradas em todos os ramos do MPU, com exceção do MPDFT.

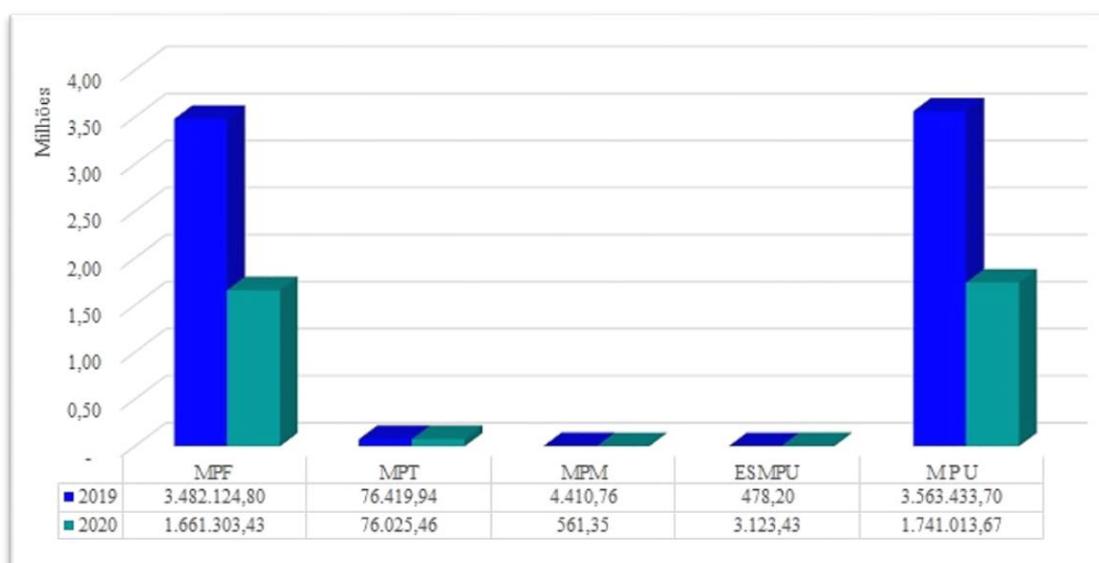


Gráfico 3 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante

Na continuação, apresenta-se a tabela com os contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 6 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratante

	Em R\$	
	31/12/2020	AV
Procuradoria da República em São Paulo	1.281.545,51	73,6%
Procuradoria Regional da República - 4ª Região / RS	180.349,56	10,4%
Procuradoria da República em Pernambuco	59.167,21	3,4%
Demais Unidades Gestoras do MPF	140.241,15	8,1%
Ministério Público do Trabalho	76.025,46	4,4%
Ministério Público Militar	561,35	0,0%
Escola Superior do MPU	3.123,43	0,2%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.741.013,67	100,0%

A Procuradoria da República em São Paulo é responsável por 73,6% do total a ser pago, decorrente principalmente de serviços de vigilância armada e desarmada nas unidades administrativas da PR/SP (R\$ 325 mil).

3.1.8. Nota 08 – Atos Potenciais Ativos

Os itens que compõem os atos potenciais ativos são:

A – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Esse agrupamento compreendem o controle sobre a execução de fianças, seguros-garantia, caução e outras garantias e contragarantias recebidas pelas unidades gestoras do MPU.

As garantias e contragarantias recebidas a executar pelo MPU, em 31/12/2020, totalizava R\$ 32,7 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7 - Garantias e Contragarantias Recebidas

	Em R\$				
	MPF	MPT	ESMPU	MPU	AV
Fianças a Executar	452.788,07	196.948,99		649.737,06	2,0%
Seguros-Garantia a Executar	8.963.601,83	19.325.695,39	1.838.083,01	30.127.380,23	92,1%
Caução a Executar	82.892,81	111.946,61		194.839,42	0,6%
Apólices de Seguros a Executar	1.754.535,97			1.754.535,97	5,4%
Garantias e Contragarantias Recebidas	11.253.818,68	19.634.590,99	1.838.083,01	32.726.492,68	100,0%

Os maiores valores apropriados na conta de Seguros-Garantia a Executar são observados na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (R\$ 4.536.538,97) e na Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho (R\$ 17.642.916,07).

B – Direitos Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres

Em 31/12/2020, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 32,8 milhões, relacionados a Termo de Execução Descentralizada¹ (TED), a serem recebidos pelos ramos do MPU da seguinte forma:

- MPF – R\$ 778.874,45 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698166 e firmado entre a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para fortalecer e ampliar o alcance de atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos - FG CIA.
- MPDFT – R\$ 32.034.265,47 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698761 e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT.

3.1.9. Nota 09 – Atos Potenciais Passivos

Dentre os atos potenciais passivos apresentados no Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial, o agrupamento Obrigações Contratuais a Executar representa o item mais relevante e está detalhado a seguir:

Tabela 8 - Obrigações Contratuais – Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
Contratos de Seguros	59.695,77	28.554,02			164,16	88.413,95	
Contratos de Serviços	481.680.862,80	181.287.791,34	77.221.100,85	27.751.953,88	8.773.385,33	776.715.094,20	
Contratos de Aluguéis	108.172.812,07	22.903.375,14	2.392.752,46	275.086,11		133.744.025,78	
Contratos de Fornecimento de Bens	25.569.657,42	4.393.822,76	26.667.351,06	713.655,16	319.161,10	57.663.647,50	
Obrigações Contratuais	615.483.028,06	208.613.543,26	106.281.204,37	28.740.695,15	9.092.710,59	968.211.181,43	

¹ Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática. (Art. 2º, inc. I, do Decreto nº 10.426/2020).

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pelas unidades gestoras do MPU na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

As obrigações contratuais de serviços representam 80% do total das obrigações assumidas pelo Ministério Público da União no final de 2020. As principais contratações registradas no Siafi são decorrentes de:

- Serviços de comunicação de dados em nível nacional;
- Serviços de solução de segurança de perímetro (serviços de firewall, prevenção de intrusão, filtro de conteúdo, antivírus de rede e outros);
- Serviços técnicos de hospedagem externa de equipamentos de TI;
- Serviços de vigilância armada e desarmada;
- Serviços de emissão de passagens aéreas;
- Serviço de coleta, transporte, entrega, aquisição de produtos postais e postagem de correspondência; e
- Construção de imóveis.

3.1.10. Nota 10 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros². Este indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2020, o superávit financeiro foi de R\$ 245 milhões. Em relação ao exercício anterior, nota-se uma redução de R\$ 98 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 9 - Cálculo do Superávit Financeiro

	Em R\$		
	2020	2019	Varição
(+) Ativo Financeiro (AF)	363.631.992,47	454.570.123,89	-90.938.131,42
(-) Passivo Financeiro (PF)	118.984.587,55	111.624.932,61	7.359.654,94
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF - PF)	244.647.404,92	342.945.191,28	-98.297.786,36

² O *Ativo Financeiro* compreende os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários, enquanto que o *Passivo Financeiro* compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. (Art. 105, §§ 1º e 3º, da Lei nº 4.320/1964).

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPU, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício 2020

		Em R\$	
	NExp	2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas			
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	11	1.198.436,34	1.676.672,40
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.198.436,34	1.676.672,40
<i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i>		152.564,82	299.083,25
Juros e Encargos de Mora		136.843,10	266.684,61
Variações Monetárias e Cambiais		15.721,72	32.398,64
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>		14.844.992.230,57	14.111.901.575,48
Transferências Intragovernamentais		14.779.011.061,18	14.038.188.443,67
Outras Transferências e Delegações Recebidas		65.981.169,39	73.713.131,81
<i>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorp. de Passivos</i>		186.902.354,28	179.104.504,11
Reavaliação de Ativos	12	114.390.874,47	156.902.501,01
Ganhos com Incorporação de Ativos	13	72.422.035,03	21.438.866,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos		89.444,78	763.136,62
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		70.566.710,57	70.065.448,82
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14	70.566.710,57	70.065.448,82
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		15.103.812.296,58	14.363.047.284,06

	NExp	2020	2019
Variações Patrimoniais Diminutivas			
<i>Pessoal e Encargos</i>		5.522.585.116,58	5.307.368.679,50
Remuneração a Pessoal	15	4.424.305.209,11	4.358.020.620,20
Encargos Patronais	15	826.797.787,89	685.920.221,94
Benefícios a Pessoal	16	263.253.882,56	253.929.816,35
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		8.228.237,02	9.498.021,01
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	17	853.015.295,99	833.643.338,59
Aposentadorias e Reformas		669.249.899,11	654.461.361,03
Pensões		182.080.017,43	177.336.689,46
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.685.379,45	1.845.288,10
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	18	844.722.223,81	899.969.050,37
Uso de Material de Consumo		13.146.763,91	20.389.312,17
Serviços		756.136.701,39	763.055.521,46
Depreciação, Amortização e Exaustão		75.438.758,51	116.524.216,74
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		8.381,79	9.407,91
Juros e Encargos de Mora		3.308,43	8.704,78
Variações Monetárias e Cambiais			0,71
Descontos Financeiros Concedidos		5.073,36	702,42
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>		7.547.694.642,40	7.116.555.394,12
Transferências Intragovernamentais	19	7.517.024.704,29	7.054.930.879,13
Outras Transferências e Delegações Concedidas		30.669.938,11	61.624.514,99
<i>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorpor. Passivos</i>		32.960.881,00	66.025.133,52
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	20	9.087.591,98	8.152.002,39
Perdas com Alienação			185.507,27
Perdas Involuntárias		69.739,05	127.532,46
Incorporação de Passivos		711.564,61	72.389,55
Desincorporação de Ativos	21	23.091.985,36	57.487.701,85
<i>Tributárias</i>		1.936.083,58	2.219.376,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		747.144,57	737.065,44
Contribuições		1.188.939,01	1.482.310,70
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		6.588.237,67	7.660.301,18
Premiações		5.000,00	16.277,49
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	22	6.583.237,67	7.644.023,69
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		14.809.510.862,82	14.233.450.681,33
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	23	294.301.433,76	129.596.602,73

3.2.1. Nota 11 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nesta linha das VPAs devem constar as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição:

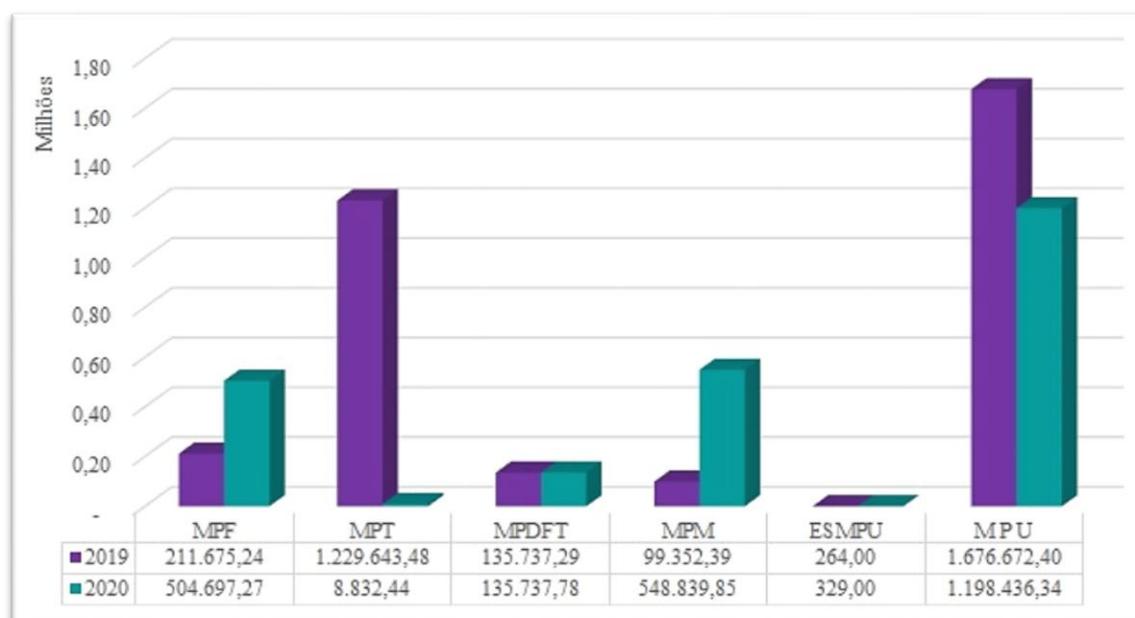


Gráfico 4 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Do total contabilizado em 2020, como exploração de bens, direitos e prestação de serviços, verifica-se que quase 88% foram realizados pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Militar, em razão da arrecadação, especialmente, de taxa de uso de imóveis, tarifa sobre consignações em folha de pagamento do MPF e de taxa de inscrição para o 12º Concurso Público para Promotor de Justiça Militar.

3.2.2. Nota 12 – Reavaliação de Ativos

Em razão de diversos fatores, como a ampliação ou redução da capacidade produtiva de um bem móvel, o valor contábil de determinados ativos pode não corresponder ao seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Dessa forma, de tempos em tempos, há necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil.

No exercício de 2020, essa variação patrimonial aumentativa foi decorrente da reavaliação de bens imóveis no SPIUnet, realizada pelos ramos do MPU da seguinte forma:

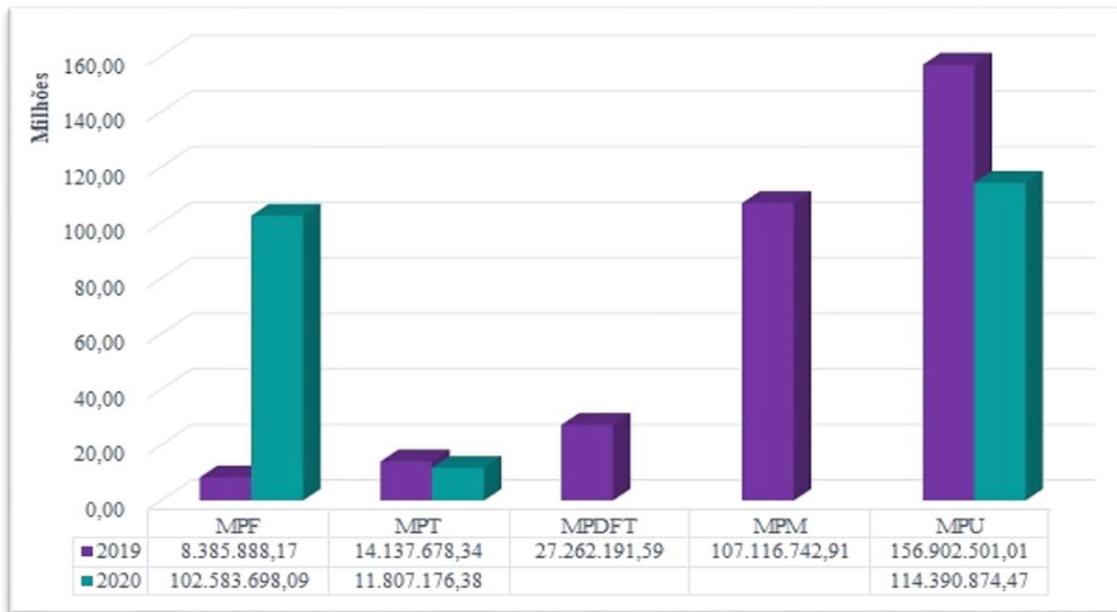


Gráfico 5 - Reavaliação de Ativos

Essa nota trata somente das reavaliações positivas, que originaram VPA. As variações negativas são tratadas em nota específica de VPD (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas).

3.2.3. Nota 13 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Dentre os Ganhos com Incorporações de Ativos no ano de 2020, destacam-se os valores decorrentes dos registros de imóveis de uso especial no SPIUnet pela Procuradoria da República na Bahia (R\$ 51,2 milhões) e pela Procuradoria da República em Santa Catarina (R\$ 7,4 milhões). No gráfico abaixo, é exibida a composição desse item.

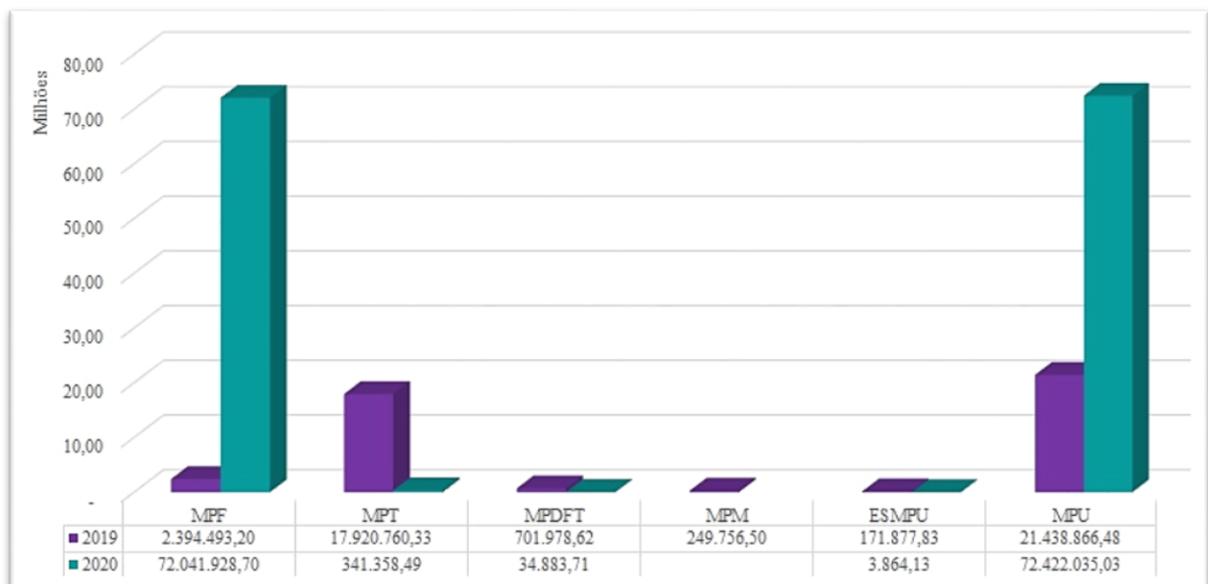


Gráfico 6 - Ganhos com Incorporação de Ativos

3.2.4. Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A tabela abaixo apresenta a composição desse item no exercício de 2020.

Tabela 10 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
VPA decorrente de fatores geradores diversos	63.603.760,66	75.114,20	61,14	20.892,92	19.174,13	63.719.003,05
Restituições	4.941.678,47	1.214.427,56	46.306,30	131.320,48	20.465,48	6.354.198,29
Multas Administrativas	127.283,03	74.264,51	108.416,00	2.861,20		312.824,74
Indenizações	172.759,21	6.837,19	1.088,09			180.684,49
Diversas VPA	68.845.481,37	1.370.643,46	155.871,53	155.074,60	39.639,61	70.566.710,57

O expressivo montante no título *VPA decorrente de fatores geradores diversos* foi originado, em especial, pela arrecadação feita pela Unidade Gestora 200.100 (Secretaria de Administração do MPF), utilizando o código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de recursos no combate a corrupção e proteção de direitos difusos).

3.2.5. Nota 15 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

Este item da DVP compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

No exercício de 2020, o total das despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais no MPU totalizou R\$ 5,25 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas.

Tabela 11 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais – Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Gratificações	1.054.089.531,53	385.524.011,19	230.968.767,27	58.209.412,71	5.621.741,33	1.734.413.464,03
Vencimentos e Salários	903.237.185,68	456.749.223,77	233.763.904,81	59.641.060,73	2.304.996,83	1.655.696.371,82
Contribuição Patronal para o RPPS	435.179.000,44	196.076.478,98	99.989.874,29	27.035.164,24	979.916,08	759.260.434,03
Férias	295.052.175,48	121.379.026,76	73.026.926,17	6.264.807,08	973.454,64	496.696.390,13
13º Salário	179.531.250,16	76.308.519,67	42.748.863,91	10.107.315,50	719.239,83	309.415.189,07
Licenças	81.250.054,84	45.693.769,69	32.020.835,56	6.780.936,75	-	165.745.596,84
Complementação de Previdência	24.301.220,07	9.925.103,51	8.732.733,82	645.277,12	118.129,19	43.722.463,71
Abonos	20.031.781,76	13.026.508,37	7.093.903,38	2.857.954,00	17.812,49	43.027.960,00
Outras rubricas	28.497.958,03	9.222.847,26	4.311.139,60	854.844,51	238.337,97	43.125.127,37
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	3.021.170.157,99	1.313.905.489,20	732.656.948,81	172.396.772,64	10.973.628,36	5.251.102.997,00

3.2.6. Nota 16 – Benefícios a Pessoal

Este item compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como: ajuda de custo, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte etc.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos Benefícios a Pessoal registrados no Siafi.

Tabela 12 - Benefícios a Pessoal – Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Auxílio Alimentação	132.309.810,70	46.719.762,20	26.471.869,13	6.586.795,22	557.914,28	212.646.151,53
Auxílio Creche	24.759.108,56	10.047.873,16	5.889.106,19	1.226.544,30	88.129,47	42.010.761,68
Ajuda de Custo	4.592.912,30	274.251,44	546,08	202.445,55		5.070.155,37
Auxílio Moradia	2.461.668,49	631.755,92		53.400,00		3.146.824,41
Auxílio Transporte	182.007,29	85.581,19	578,99	54.006,61	88,86	322.262,94
Outras Benefícios		57.726,63				57.726,63
Benefícios a Pessoal	164.305.507,34	57.816.950,54	32.362.100,39	8.123.191,68	646.132,61	263.253.882,56

3.2.7. Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

De acordo com o MCASP, nesse item estão compreendidas as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Na continuação, apresenta-se a tabela com as principais rubricas desse item.

Tabela 13 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

	Em R\$				
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	MPU
Proventos - Pessoal Civil	324.909.983,08	152.149.296,20	72.311.427,77	30.677.725,70	580.048.432,75
Pensões Civis	69.621.425,64	45.541.431,11	20.613.843,93	19.199.350,64	154.976.051,32
13º Salário	34.819.124,77	17.883.644,49	6.727.360,23	4.218.793,53	63.648.923,02
Gratificações	25.047.916,91	4.228.797,49	1.592.543,26	776.371,40	31.645.629,06
Aposentadorias pendentes de aprovação		13.174.191,63			13.174.191,63
Licença Prêmio	1.674.499,44	2.129.766,07	898.731,10		4.702.996,61
Outros benefícios	2.824.839,09	1.160.928,46	626.456,19	206.847,86	4.819.071,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	458.897.788,93	236.268.055,45	102.770.362,48	55.079.089,13	853.015.295,99

3.2.8. Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação das unidades gestoras do Ministério Público da União.

A seguir, é apresentada a tabela com as principais rubricas que compõem esse agrupamento das variações patrimoniais diminutivas.

Tabela 14 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	201.906.084,11	39.368.945,60	42.284.905,65	14.276.687,56	2.813.278,03	300.649.900,95
Serviços Técnicos Profissionais	174.480.832,67	52.406.113,77	7.616.246,26	11.787.990,75	4.405.361,32	250.696.544,77
Locações e Arrendamentos	48.463.588,33	32.759.522,89	902.672,40	90.548,02	140.379,19	82.356.710,83
Depreciação de Bens Móveis	36.773.635,31	18.729.820,23	3.194.617,05	1.917.664,96	1.220.726,53	61.836.464,08
Serv. Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	21.587.467,13	7.138.821,45	3.324.544,48	1.636.472,19	163.376,59	33.850.681,84
Serviços Educacionais e Culturais	25.526.096,82	7.045.712,40	296.611,24	220.180,78	32.450,44	33.121.051,68
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	19.687.118,67	9.721.182,84	806.032,67	1.882.198,11	106.990,27	32.203.522,56
Depreciação de Bens Imóveis	8.791.791,31	4.109.255,55	123.104,17	112.654,85	47.044,55	13.183.850,43
Serviços Administrativos	3.947.062,36	6.906.286,18	103.456,40	993.454,53	29.940,00	11.980.199,47
Diárias	3.147.030,49	3.332.034,40	72.564,51	225.893,09	67.628,27	6.845.150,76
Material de Consumo Imediado	4.194.063,99	1.909.453,09	10.857,30	459.941,26	21.013,23	6.595.328,87
Consumo de Materiais Estocados - Almoarifado	2.498.170,04	1.720.242,50	1.171.912,07	216.963,94	96.383,07	5.703.671,62
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	1.572.687,23	2.034.280,75	51.819,22	83.152,79	60.683,14	3.802.623,13
Outras rubricas	1.493.827,95	343.756,79	10.229,69	28.543,97	20.164,42	1.896.522,82
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	554.069.456,41	187.525.428,44	59.969.573,11	33.932.346,80	9.225.419,05	844.722.223,81

As despesas com serviços que mais se destacaram no ano de 2020 foram aquelas relativas à prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional e de serviços técnicos profissionais, com montante de R\$ 551,3 milhões, representando 65,3% do total contabilizado nesse agrupamento.

3.2.9. Nota 19 – Transferências Intragovernamentais

Quase a totalidade das Transferências Intragovernamentais refere-se ao sub-repasse³ concedido pela setorial financeira do MPU (Unidade Gestora 200.097 – Secretaria Geral do MPF), conforme tabela a seguir:

Tabela 15 - Transferências Intragovernamentais – Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$
Sub-Repasse Concedido	7.343.140.826,94					7.343.140.826,94	
Movimento de Saldos Patrimoniais	69.126.375,49	1.388.246,72	291.079,71	174.164,45	20.794,48	71.000.660,85	
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	70.778.363,13					70.778.363,13	
Diferido - Sub-Repasse Devolvido	27.093.521,43	33.558,40			149.945,00	27.277.024,83	
Repasse Concedido	4.705.048,03					4.705.048,03	
Outras rubricas	4.970,38	41.237,34		76.572,79		122.780,51	
Transferências Intragovernamentais	7.514.849.105,40	1.463.042,46	291.079,71	250.737,24	170.739,48	7.517.024.704,29	

3.2.10. Nota 20 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Este item é constituído dos ajustes de desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, realizados, principalmente, pela Procuradoria da República no Rio Grande do Norte nos RIP nº 1761.00527.500-0 (Sede da PR/RN – R\$ 7,5 milhões) e no RIP nº 1759.00110.500-0 (Procuradoria da República no Município de Mossoró-RN – R\$ 1 milhão).

3.2.11. Nota 21 – Desincorporação de Ativos

As desincorporações são decorrentes, em especial, das baixas dos valores contabilizados como obras em andamento ou estudos e projetos, devido à conclusão das respectivas edificações, bem como da reclassificação de bens imóveis a registrar. No gráfico a seguir, é exibida a composição desse item.

³ **Sub-repasse** é um tipo de liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade. (art. 19, inc. III, do Decreto nº 825/1993)

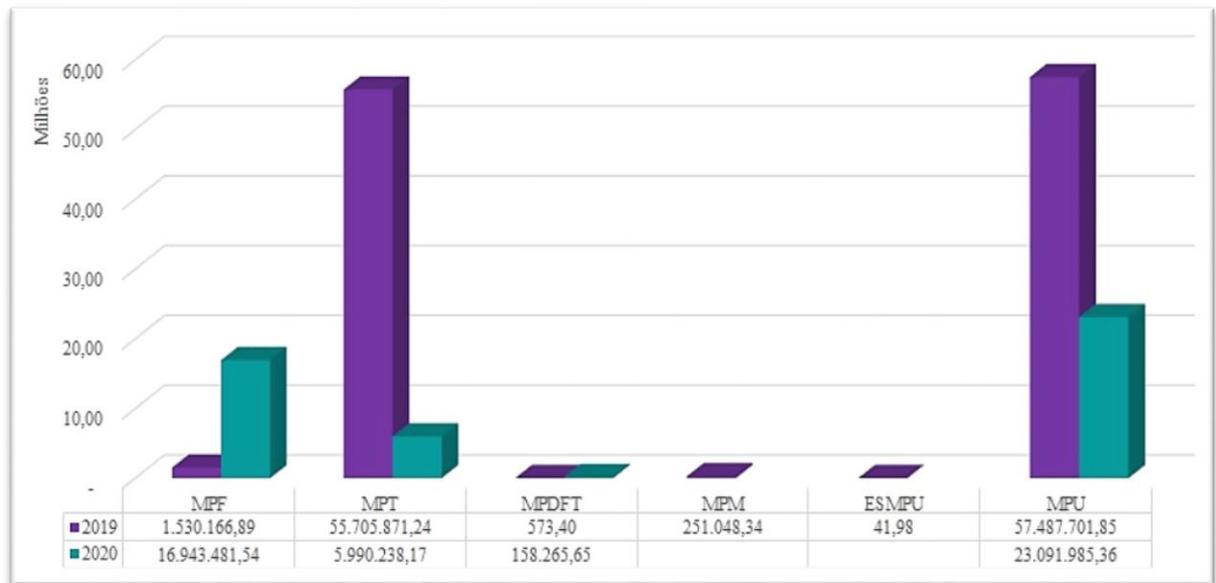


Gráfico 7 - Desincorporação de Ativos

3.2.12. Nota 22 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Esse agrupamento tem por função registrar as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos. As despesas com indenizações e restituições representam as VPD mais relevantes desse agrupamento, com percentual de 99,96% em 2020. A composição desse agrupamento é apresentada abaixo:

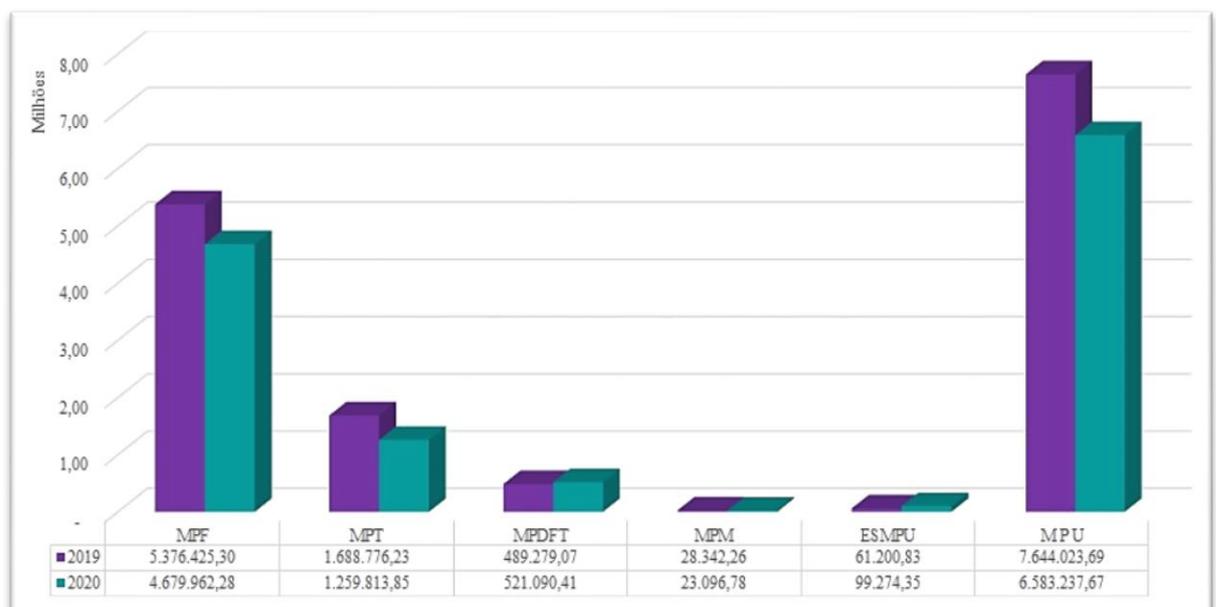


Gráfico 8 - Diversas VPD

3.2.13. Nota 23 – Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2020 foi superavitário em R\$ 294,3 milhões, obtido pelo confronto das VPA e VPD, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	Em R\$		
	2020	2019	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	15.103.812.296,58	14.363.047.284,06	5,16%
Variações Patrimoniais Diminutivas	14.809.510.862,82	14.233.450.681,33	4,05%
Resultado Patrimonial do Período	294.301.433,76	129.596.602,73	127,09%

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve um acréscimo expressivo quando comparado ao do exercício anterior. Em 2020, o resultado foi positivo em R\$ 294,3 milhões, que representa uma variação da ordem de R\$ 164,7 milhões em relação ao ano de 2019. Nota-se, ainda, que o aumento nas VPA foi superior ao que ocorreu nas VPD.

3.3 – Balanço Orçamentário

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Exercício 2020

Em R\$					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	24	619.730,00	619.730,00	961.982,35	342.252,35
Receita Patrimonial		492.588,00	492.588,00	386.730,06	-105.857,94
Receitas de Serviços				529.750,00	529.750,00
Outras Receitas Correntes		127.142,00	127.142,00	45.502,29	-81.639,71
Receitas de Capital (II)	24	233.316,00	233.316,00		-233.316,00
Alienação de Bens Móveis		233.316,00	233.316,00		-233.316,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		853.046,00	853.046,00	961.982,35	108.936,35
Déficit (V)				7.441.464.034,91	7.441.464.034,91
TOTAL (VI) = (IV + V)		853.046,00	853.046,00	7.442.426.017,26	7.441.572.971,26

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VII)	25	7.007.462.665,00	7.212.785.392,00	7.194.601.831,28	7.151.316.861,13	7.149.709.806,84	18.183.560,72
Pessoal e Encargos Sociais		5.844.708.177,00	6.141.169.385,00	6.139.525.533,13	6.138.338.232,98	6.138.318.653,22	1.643.851,87
Outras Despesas Correntes		1.162.754.488,00	1.071.616.007,00	1.055.076.298,15	1.012.978.628,15	1.011.391.153,62	16.539.708,85
Despesas de Capital (VIII)	25	36.674.315,00	238.339.748,00	247.824.185,98	183.690.434,18	183.689.279,47	-9.484.437,98
Investimentos		26.684.315,00	169.206.988,00	178.691.425,98	116.482.727,26	116.481.572,55	-9.484.437,98
Inversões Financeiras		9.990.000,00	69.132.760,00	69.132.760,00	67.207.706,92	67.207.706,92	0,00
Reserva de Contingência (IX)		6.512.863,00					0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + VIII + IX)		7.050.649.843,00	7.451.125.140,00	7.442.426.017,26	7.335.007.295,31	7.333.399.086,31	8.699.122,74
Superávit (XI)							
TOTAL (XII) = (X + XI)		7.050.649.843,00	7.451.125.140,00	7.442.426.017,26	7.335.007.295,31	7.333.399.086,31	8.699.122,74

Execução de Restos a Pagar Não Processados

Exercício 2020

Em R\$

NExp	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	5.122.575,10	55.605.537,71	45.673.341,78	45.656.485,96	9.488.095,87	5.583.530,98
Pessoal e Encargos Sociais	162.781,76	5.286.884,49	4.557.093,53	4.557.093,53	173.259,01	719.313,71
Outras Despesas Correntes	4.959.793,34	50.318.653,22	41.116.248,25	41.099.392,43	9.314.836,86	4.864.217,27
Despesas de Capital	2.162.944,27	43.652.070,26	41.823.149,04	41.823.149,04	767.181,39	3.224.684,10
Investimentos	2.162.944,27	35.035.919,94	34.073.149,04	34.073.149,04	767.181,39	2.358.533,78
Inversões Financeiras		8.616.150,32	7.750.000,00	7.750.000,00		866.150,32
TOTAL	26	7.285.519,37	99.257.607,97	87.496.490,82	10.255.277,26	8.808.215,08

Execução de Restos a Pagar Processados

Exercício 2020

Em R\$

NExp	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	109.610,56	4.319.922,37	4.227.735,92	24.753,29	177.043,72
Pessoal e Encargos Sociais		790.137,52	790.137,52		
Outras Despesas Correntes	109.610,56	3.529.784,85	3.437.598,40	24.753,29	177.043,72
Despesas de Capital	2.259,00	16.533,73	16.533,73		2.259,00
Investimentos	2.259,00	16.533,73	16.533,73		2.259,00
Inversões Financeiras					
TOTAL	26	111.869,56	4.244.269,65	24.753,29	179.302,72

3.3.1. Nota 24 – Execução Orçamentária da Receita

No exercício de 2020, foi previsto o montante da receita em R\$ 853 mil, mas foram arrecadados quase R\$ 962 mil. A receita realizada teve a seguinte composição:

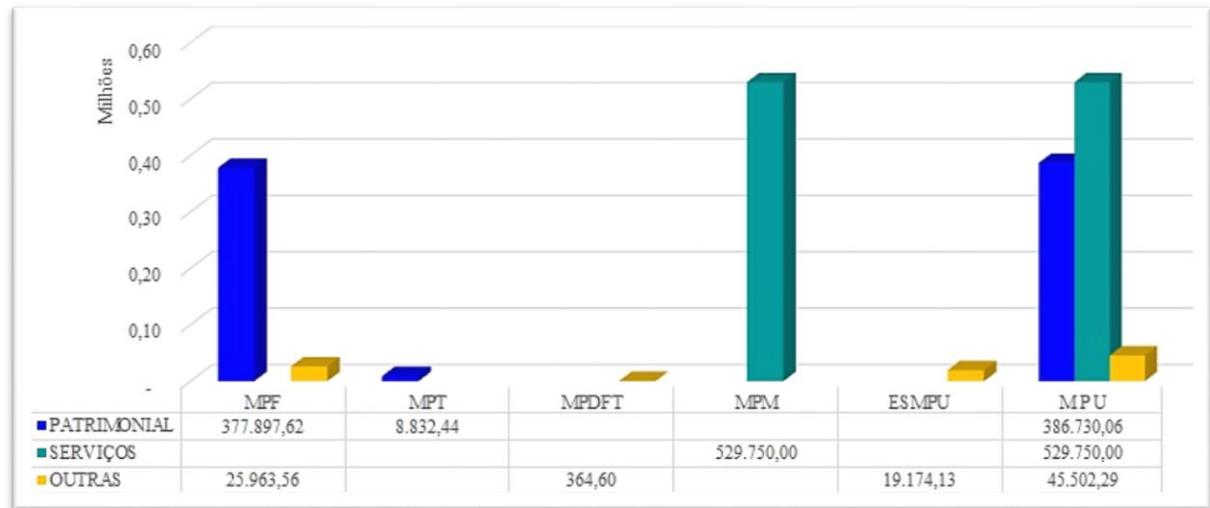


Gráfico 9 - Execução Orçamentária da Receita

3.3.2. Nota 25 – Execução Orçamentária da Despesa

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Além disso, a despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado por esse estágio inicial, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada, ou seja, mesmo que não haja condições de garantir se o bem ou material adquirido foi entregue ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Nessa etapa, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na LOA estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas empenhadas e não executadas efetivamente (não liquidadas) são inscritas em restos a pagar não processados, os quais são objeto de Nota específica neste documento.

Feitas essas considerações, a dotação atualizada para o Ministério Público da União, no ano de 2020, alcançou o montante de R\$ 7.451.125.140,00, dos quais 99,9% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 0,1% (R\$ 8.699.122,74) da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

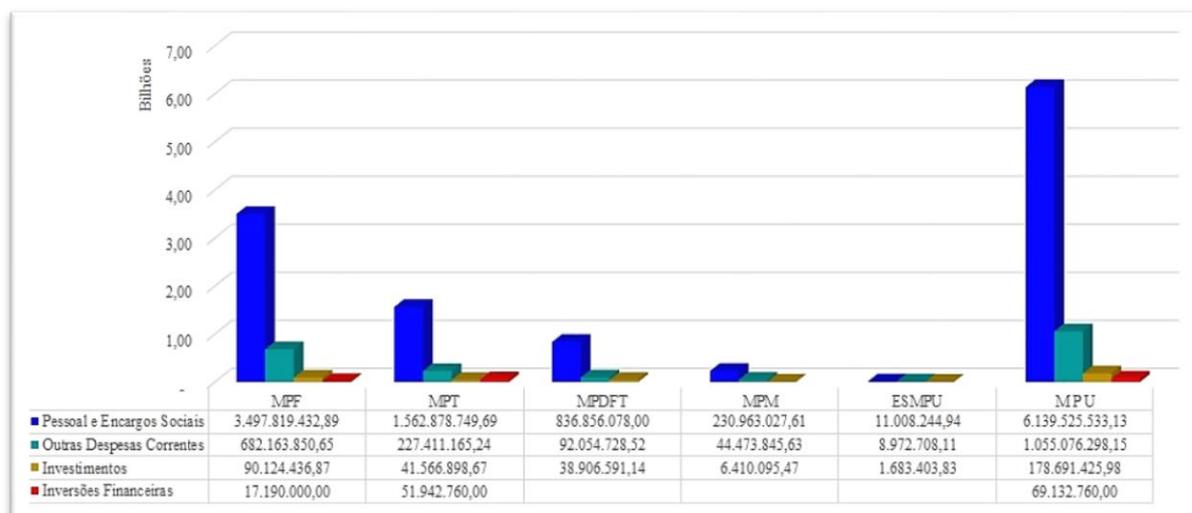


Gráfico 10 - Execução Orçamentária da Despesa

Do montante empenhado, verifica-se que R\$ 7.335.007.295,31 foram liquidados e R\$ 7.333.399.086,31 foram pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar processados no valor de R\$ 1.608.209,00 e de restos a pagar não processados no valor de R\$ 107.418.721,95.

As despesas correntes – R\$ 7,19 bilhões – representam 96,7% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais, no montante de 6,14 bilhões, representando 85,3% dos gastos correntes.

Nas despesas de capital, a principal natureza foi investimentos, com o valor de R\$ 178,7 milhões, que representa 72,1% do total gastos de capital.

3.3.3. Nota 26 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento.

O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação.

A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto.

O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar. Estes, no momento da inscrição, são classificados em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e consequentemente não pagas até o final do exercício. A Figura 1 ilustra o fluxo do processo relacionado aos restos a pagar no Siafi.

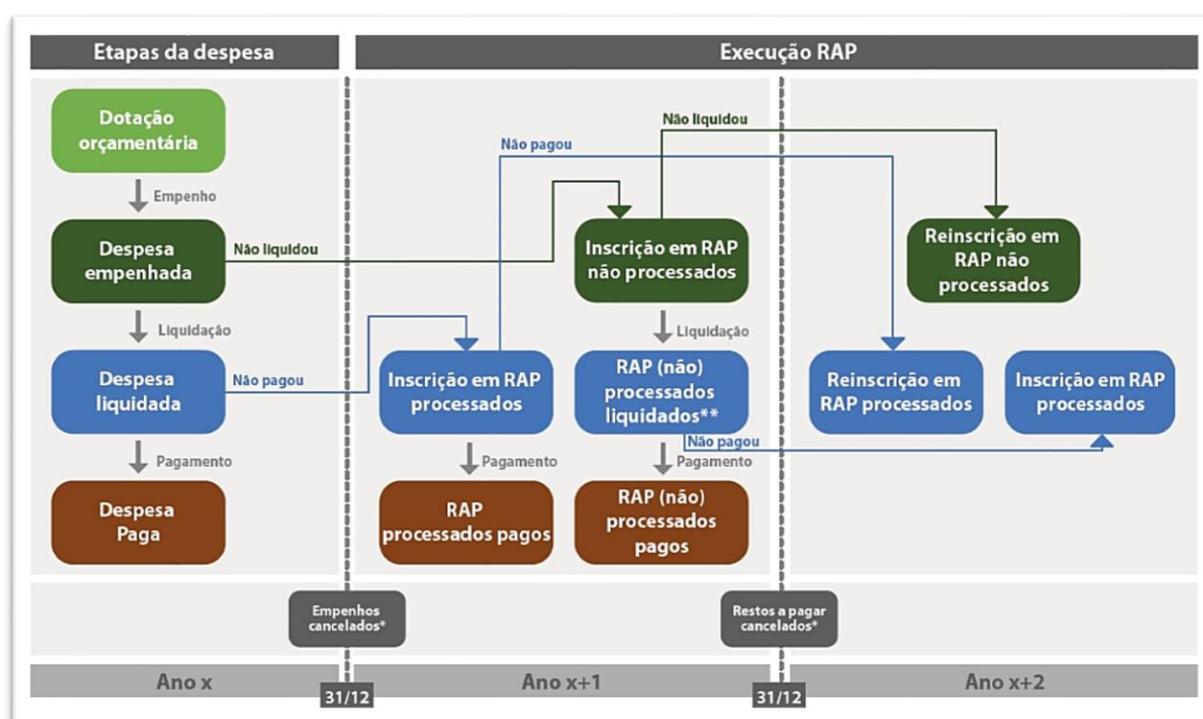


Figura 1 – Fluxograma de Restos a Pagar⁴

A respeito do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R\$ 99,3 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 7,3 milhões (em exercícios anteriores) –, verifica-se que R\$ 87,5 milhões foram pagos e R\$ 10,3 milhões foram cancelados durante o exercício de 2020.

A composição dos restos a pagar não processados é demonstrada no gráfico abaixo:

⁴ Elaborado pela STN, sendo utilizado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar inscritos para o exercício de 2020.

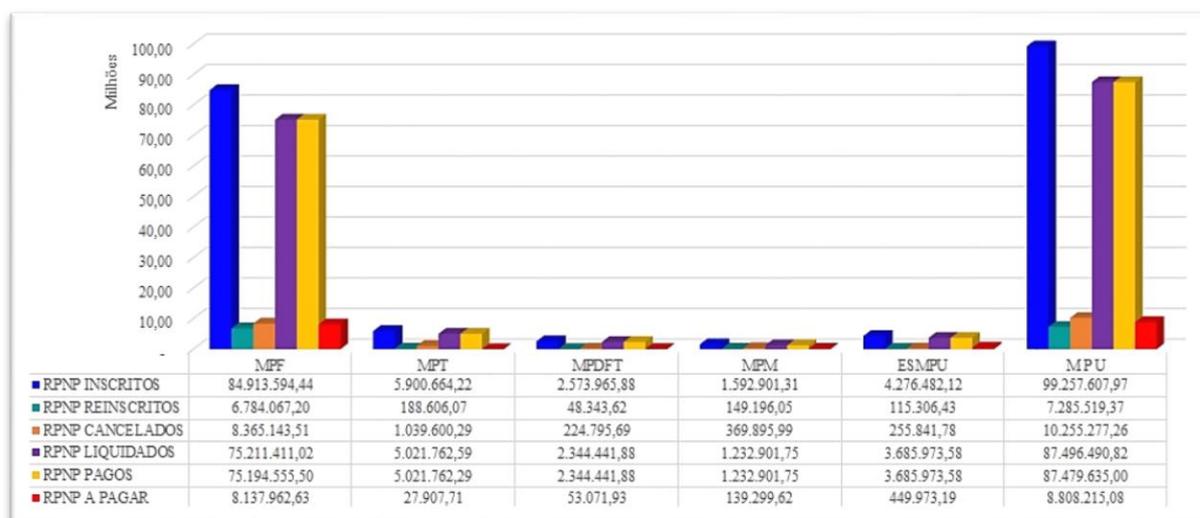


Gráfico 11 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados

A respeito dos restos a pagar não processados, observa-se que 90,8% dos gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 93% do montante em estoque.

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se, na tabela a seguir, a composição final do estoque dos restos a pagar em 2020, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no final do exercício.

Tabela 17 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2020

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Em R\$						
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2020	8.137.962,63	27.907,71	53.071,93	139.299,62	449.973,19	8.808.215,08
RPNP de 2020 Inscritos em 31/12/2020	79.197.087,05	7.560.381,28	18.190.986,43	1.002.706,55	1.467.560,64	107.418.721,95
Saldo Final de RPNP em 31/12/2020	87.335.049,68	7.588.288,99	18.244.058,36	1.142.006,17	1.917.533,83	116.226.937,03
Restos a Pagar Processados (RPP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2020	100.144,52	79.158,20				179.302,72
RPP de 2020 Inscritos em 31/12/2020	1.553.061,47	40.314,48	11.148,27	561,35	3.123,43	1.608.209,00
Saldo Final de RPP em 31/12/2020	1.653.205,99	119.472,68	11.148,27	561,35	3.123,43	1.787.511,72
Estoque de Restos a Pagar	88.988.255,67	7.707.761,67	18.255.206,63	1.142.567,52	1.920.657,26	118.014.448,75

Para o ano de 2021, foi inscrito o estoque de quase R\$ 118 milhões de Restos a Pagar, representando um acréscimo de R\$ 7 milhões (6,3%) em relação à inscrição ocorrida para o ano de 2020 (R\$ 111 milhões).

A seguir é apresentada a composição do estoque dos restos a pagar, a partir do ano de empenho da despesa.

Tabela 18 - Estoque de Restos a Pagar – Composição – Por Ano

							Em R\$
ESTOQUE DE RP	ANO DO EMPENHO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	M P U
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2016	61.984,18					61.984,18
	2018	317.877,01					317.877,01
	2019	7.758.101,44	27.907,71	53.071,93	139.299,62	449.973,19	8.428.353,89
	2020	79.197.087,05	7.560.381,28	18.190.986,43	1.002.706,55	1.467.560,64	107.418.721,95
TOTAL RPNP		87.335.049,68	7.588.288,99	18.244.058,36	1.142.006,17	1.917.533,83	116.226.937,03
	2012	4.566,87					4.566,87
	2013	2.581,75	3.825,20				6.406,95
	2014	964,05					964,05
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2016	6.108,46	480,00				6.588,46
	2017	12.030,10	20.700,33				32.730,43
	2018	224,38	35.886,19				36.110,57
	2019	73.668,91	18.266,48				91.935,39
	2020	1.553.061,47	40.314,48		11.148,27	561,35	3.123,43
TOTAL RPP		1.653.205,99	119.472,68	11.148,27	561,35	3.123,43	1.787.511,72
TOTAL RP		88.988.255,67	7.707.761,67	18.255.206,63	1.142.567,52	1.920.657,26	118.014.448,75

3.4 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro apresenta a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986) exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Balanço Financeiro mostra o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, apresentando uma única linha com o total das deduções (restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações de tributo, incentivos fiscais etc.).

Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes. Registre-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação em fontes vinculadas específicas não seja suficiente, como a Previdência Social.

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício 2020

Em R\$

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
	NExp	2020	2019		NExp	2020	2019
Receitas Orçamentárias (I)	27	961.982,35	1.678.521,52	Despesas Orçamentárias (VI)	28	7.442.426.017,26	7.018.381.791,68
<i>Ordinárias</i>				<i>Ordinárias</i>		6.492.920.789,90	6.269.189.004,89
<i>Vinculadas</i>		969.101,41	2.046.984,12	<i>Vinculadas</i>		949.505.227,36	749.192.786,79
Previdência Social (RPPS)				Educação			
Alienação de Bens e Direitos			221.729,00	Seguridade Social (exceto Previdência)		133.232.032,56	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		969.101,41	1.825.127,27	Previdência Social (RPPS)		804.264.582,07	742.246.921,72
Recursos a Classificar			127,85	Receitas Financeiras			5.500.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-7.119,06	-368.462,60	Dívida Pública		405.353,79	
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		11.603.258,94	1.445.865,07
				Outros Recursos Vinculados a Fundos			
Transferências Financeiras Recebidas (II)		14.779.011.061,18	14.038.188.443,67	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		7.516.906.894,16	7.054.711.818,73
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		14.707.415.972,00	14.017.278.994,33	<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		7.375.122.899,80	6.963.305.961,72
Cota Recebida		7.334.405.126,63	7.052.845.840,68	Repasso Concedido		4.705.048,03	65.510,14
Repasso Recebido		2.592.993,60	1.824.902,07	Sub-repasso Concedido		7.343.140.826,94	6.926.589.651,83
Sub-repasso Recebido		7.343.140.826,94	6.926.589.651,83	Cota Devolvida			632.200,00
Sub-repasso Devolvido		27.277.024,83	36.018.599,75	Sub-repasso Devolvido		27.277.024,83	36.018.599,75
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		71.595.089,18	20.909.449,34	<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		141.783.994,36	91.405.857,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		71.489.121,43	20.483.572,11	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		70.778.363,13	20.480.438,47
Demais Transferências Recebidas		9.940,76	9.446,40	Demais Transferências Concedidas		4.970,38	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		96.026,99	416.430,83	Movimentação de Saldos Patrimoniais		71.000.660,85	70.925.418,54
Recebimentos Extraorçamentários (III)		182.304.570,31	178.451.441,70	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		93.882.833,84	108.507.922,81
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Processados</i>	26	1.608.209,00	4.052.016,78	<i>Pagamento dos Restos a Pagar Processados</i>	30	4.244.269,65	8.778.942,30
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados</i>	26	107.418.721,95	99.257.607,97	<i>Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados</i>	30	87.479.635,00	94.912.598,07
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		2.377.778,25	4.632.788,82	<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		2.118.206,81	4.580.782,46
<i>Outros Recebimentos Extraorçamentários</i>		70.899.861,11	70.509.028,13	<i>Outros Pagamentos Extraorçamentários</i>		40.722,38	235.599,98
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento				Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		9.449,19	16.495,09
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		197,63	40,42	Demais Pagamentos		31.273,19	219.104,89
Arrecadação de Outra Unidade		70.899.663,48	70.508.987,71				
Saldo do Exercício Anterior (IV)	29	454.570.123,89	417.853.250,22	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	29	363.631.992,47	454.570.123,89
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		454.570.123,89	417.853.250,22	<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		363.631.992,47	454.570.123,89
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		15.416.847.737,73	14.636.171.657,11	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		15.416.847.737,73	14.636.171.657,11

3.4.1. Nota 27 – Receita Orçamentária

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida.

Tabela 19 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida – Por Grupos de Fontes de Recursos

	Em R\$			
	Arrecadação Bruta	Deduções (ou Ajustes)	Arrecadação Líquida	AV
Ordinárias				
Vinculadas	969.101,41	-7.119,06	961.982,35	100,0%
Previdência Social (RPPS)				
Alienação de Bens e Direitos				
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	969.101,41	-7.119,06	961.982,35	100,0%
Recursos a Classificar				
Total das Receitas Orçamentárias	969.101,41	-7.119,06	961.982,35	100,0%

3.4.2. Nota 28 – Despesa Orçamentária

Durante o ano de 2020, a despesa orçamentária executada foi de R\$ 7,44 bilhões. Na tabela abaixo é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

Tabela 20 - Execução da Despesa Orçamentária – Por Grupos de Fontes de Recursos

	Em R\$						
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Ordinárias	3.745.202.955,10	1.639.684.930,25	864.531.834,91	221.836.712,76	21.664.356,88	6.492.920.789,90	87,2%
Vinculadas	542.094.765,31	244.114.643,35	103.285.562,75	60.010.255,95		949.505.227,36	12,8%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	103.880.099,46	24.490.645,10	39.614,00	4.821.674,00		133.232.032,56	1,8%
Previdência Social (RPPS)	437.741.061,00	219.236.400,05	92.565.909,00	54.721.212,02		804.264.582,07	10,8%
Dívida Pública		381.067,00		24.286,79		405.353,79	0,0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	473.604,85	6.531,20	10.680.039,75	443.083,14		11.603.258,94	0,2%
Total das Despesas Orçamentárias	4.287.297.720,41	1.883.799.573,60	967.817.397,66	281.846.968,71	21.664.356,88	7.442.426.017,26	100,0%

Em 2020, observa-se que 87,2% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias e apenas 12,8% nas vinculadas.

Dos gastos executados em fontes de recursos vinculadas, cerca de 10,8% – R\$ 804,3 milhões – está relacionado com a previdência social (RPPS).

3.4.3. Nota 29 – Resultado Financeiro

Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 363,6 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 454,6 milhões). O resultado financeiro do exercício foi deficitário no montante de R\$ 90,9 milhões, com sua formação detalhada na tabela apresentada na sequência.

Tabela 21 - Resultado Financeiro em 31/12/2020

	2020	2019	Em R\$ AH
Receita Orçamentária	961.982,35	1.678.521,52	-42,7%
Despesa Orçamentária	-7.442.426.017,26	-7.018.381.791,68	6,0%
	-7.441.464.034,91	-7.016.703.270,16	6,1%
Transferências Financeiras Recebidas	14.779.011.061,18	14.038.188.443,67	5,3%
Transferências Financeiras Concedidas	-7.516.906.894,16	-7.054.711.818,73	6,6%
	7.262.104.167,02	6.983.476.624,94	4,0%
Recebimentos Extraorçamentários	182.304.570,31	178.451.441,70	2,2%
Pagamentos Extraorçamentários	-93.882.833,84	-108.507.922,81	-13,5%
	88.421.736,47	69.943.518,89	26,4%
Resultado Financeiro do Exercício	-90.938.131,42	36.716.873,67	-347,7%

Dentre os recebimentos extraorçamentários de 2020, destaca-se a inscrição de restos a pagar⁵ no montante de R\$ 109 milhões – aproximadamente –, 60% do montante total. Sobre os pagamentos extraorçamentários de 2020, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R\$ 91,7 milhões – que representa 97,7% do montante total.

⁵ Os restos a pagar do exercício são computados como recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme disposto no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

3.4.4. Nota 30 – Pagamento de Restos a Pagar

Nos gráficos apresentados na continuação, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar – processados e não processados –, por grupos de natureza da despesa.

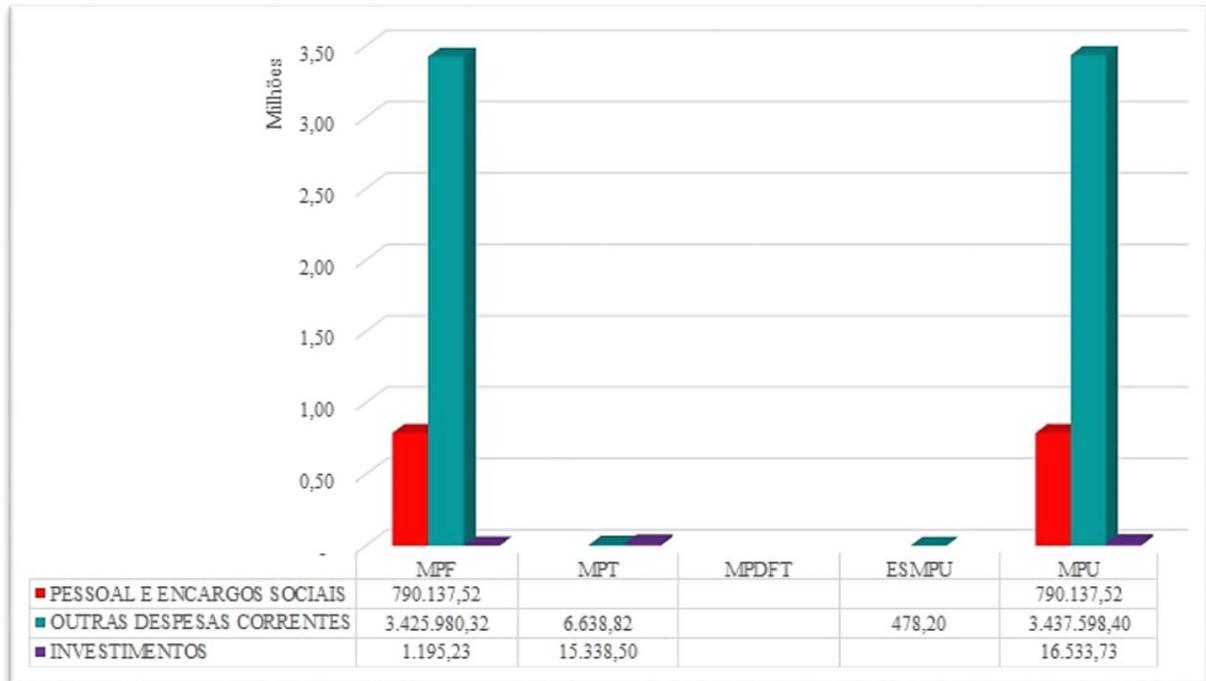


Gráfico 12 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados

No exercício de 2020, foram pagos cerca de R\$ 4,2 milhões (95,4%) do estoque de R\$ 4,4 milhões de restos a pagar processados. Por sua vez, foram pagos R\$ 87,5 milhões (82,1%) do estoque de R\$ 106,5 milhões de restos a pagar não processados.

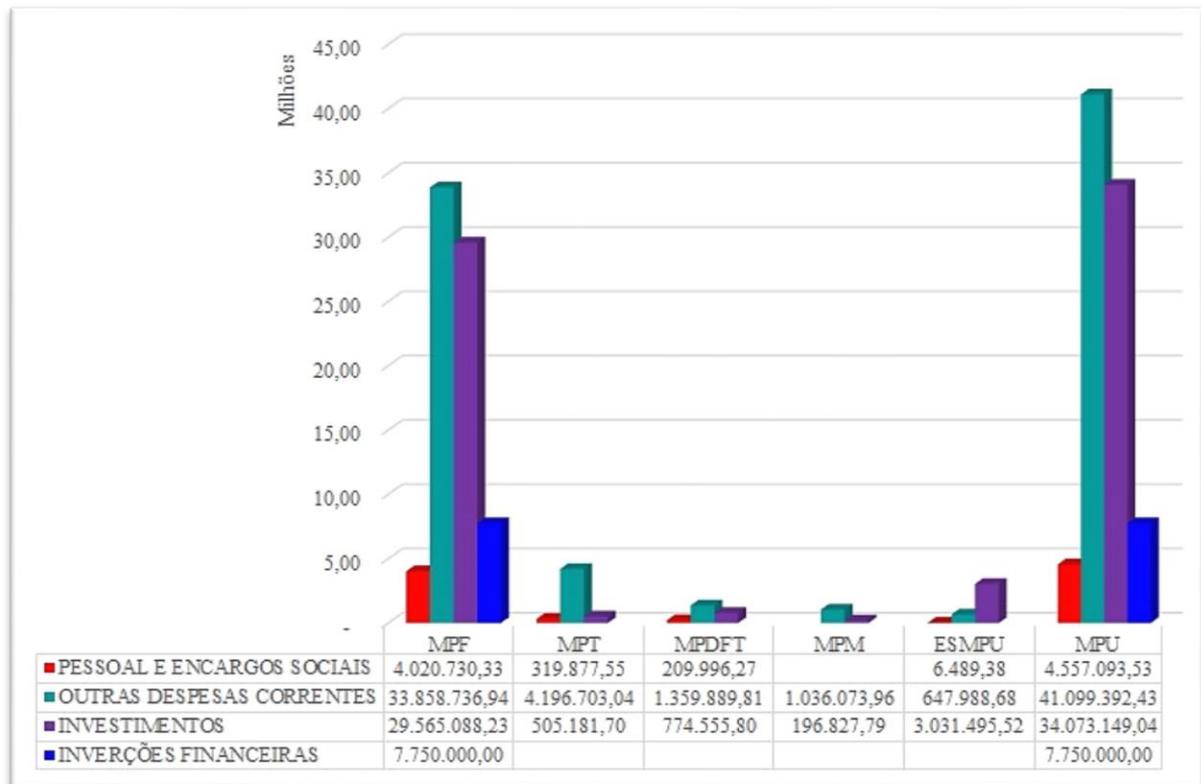


Gráfico 13 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados

O principal montante de pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreu em Outras Despesas Correntes – R\$ 41,1 milhões – para custear, principalmente, despesas das unidades gestoras do MPU com: apoio administrativo, técnico e operacional; limpeza e conservação; serviços de tecnologia da informação e comunicação; manutenção e conservação de bens imóveis; serviços de energia elétrica; locação de imóveis; vigilância ostensiva e material de consumo.

3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Esta demonstração permite a análise da capacidade do MPU gerar caixa e equivalente de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- e
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício 2020

Em R\$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NExp	2020	2019
Ingressos		14.853.250.682,89	14.114.787.053,14
Receita Patrimonial		386.730,06	81.257,54
Receita de Serviços		529.750,00	1.222.511,19
Outras Receitas Derivadas e Originárias		45.502,29	153.023,79
Outros Ingressos Operacionais		14.852.288.700,54	14.113.330.260,62
Desembolsos		-14.718.659.852,07	-13.997.655.900,94
Pessoal e Demais Despesas		-6.415.434.509,26	-6.288.513.285,84
Transferências Concedidas		-784.168.968,65	-649.630.909,02
Outros Desembolsos Operacionais		-7.519.056.374,16	-7.059.511.706,08
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		134.590.830,82	117.131.152,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NExp	2020	2019
Ingressos			221.729,00
Alienação de Bens			221.729,00
Desembolsos		-225.528.962,24	-80.636.007,53
Aquisição de Ativo Não Circulante		-221.770.151,80	-79.071.429,50
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.758.810,44	-1.564.578,03
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-225.528.962,24	-80.414.278,53
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III) = (I + II)	31	-90.938.131,42	36.716.873,67
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		454.570.123,89	417.853.250,22
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		363.631.992,47	454.570.123,89

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Exercício 2020

Em R\$

	NExp	2020	2019
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
<i>Total das Transferências Recebidas</i>			
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		-784.168.968,65	-649.630.909,02
<i>Total das Transferências Concedidas</i>		-784.168.968,65	-649.630.909,02

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Exercício 2020

Em R\$

	NExp	2020	2019
Judiciário			-11.914,32
Essencial à Justiça		-5.541.280.313,32	-5.448.532.285,34
Administração		-736.008,10	-58.424,25
Segurança Pública			-55.861,00
Previdência Social		-872.845.732,44	-839.443.804,91
Trabalho			-106.775,15
Educação		-202,05	-12.294,80
Gestão Ambiental			-525,00
Ciência e Tecnologia		-107.187,02	-63.420,95
Organização Agrária		-443.083,14	-199.509,03
Encargos Especiais		-12.534,00	-11.976,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-9.449,19	-16.495,09
<i>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</i>		-6.415.434.509,26	-6.288.513.285,84

3.5.1. Nota 31 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, dessa forma, foi negativa em R\$ 90,9 milhões no ano de 2020, representando um decréscimo de 347,7% em relação ao ano de 2019, conforme tabela a seguir.

Tabela 22 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação

	2020	2019	Em R\$ AH
Atividades Operacionais	134.590.830,82	117.131.152,20	14,9%
Atividades de Investimentos	-225.528.962,24	-80.414.278,53	180,5%
Total	-90.938.131,42	36.716.873,67	-347,7%